

**O diálogo interdisciplinar no cras: desafios para a equipe multidisciplinar de proteção social básica<sup>1</sup>**

**The cras interdisciplinary dialogue: challenges for the basic social protection multidisciplinary team**

DOI:10.34117/bjdv6n12-246

Recebimento dos originais: 30/11/2020

Aceitação para publicação: 10/12/2020

**Luana Aparecida Almeida**

Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, pelo Centro Universitário UNA  
Psicóloga em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)  
Rua Antônio Pereira da Costa 320, Vespasiano-MG 33.205-400  
E-mail: luanaalmeida13@icloud.com

**Maria Lúcia Miranda Afonso**

Doutora em Educação (UFMG)  
PPG em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local,  
Centro Universitário Una  
Rua Guajajaras 175, 4o andar, Belo Horizonte-MG  
30.180-100  
E-mail: luafonso@yahoo.com

**RESUMO**

O presente capítulo propõe-se a compreender fatores que contribuem ou que dificultam o diálogo interdisciplinar na equipe técnica multiprofissional da proteção social básica (PSB) dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Por meio de uma revisão de literatura, buscou-se, inicialmente, compreender os conceitos de interdisciplinaridade e pensamento complexo, visando abordar a questão social, no âmbito da PNAS. Nessa direção, o capítulo apresenta também uma revisão sobre o compromisso social da Psicologia e do projeto ético-político do Serviço Social, buscando identificar seus pontos de mútuo apoio e a possibilidade da construção de pontes interdisciplinares entre eles. O capítulo discute obstáculos e potencialidades que se apresentam à interdisciplinaridade no cotidiano do trabalho do CRAS. Entende-se a interdisciplinaridade como um desafio para as equipes técnicas, sendo que o seu avanço depende, sobretudo, do tensionamento disciplinar entre os profissionais. Busca-se compreender esse desafio, aproximar os conceitos de complexidade e interdisciplinaridade, no trabalho das equipes do CRAS, refletir acerca das pontes interdisciplinares, e, assim, contribuir com a efetivação da Política de Assistência Social, da promoção dos direitos e da cidadania.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade, Pensamento Complexo, Sistema Único de Assistência Social/CRAS, Equipe multiprofissional, Desenvolvimento Local.

---

<sup>1</sup> Este artigo é baseado na dissertação de mestrado de Luana Aparecida Almeida, orientada por Maria Lúcia Miranda Afonso, e defendida, em 2020, no Mestrado Profissional e Interdisciplinar de Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, no Centro Universitário Una.

**ABSTRACT**

This chapter aims to understand factors that could contribute or hinder the interdisciplinary dialogue in the multiprofessional team of Basic Social Protection (PSB) of the Reference Centers of Social Assistance (CRAS). Through a literature review, we initially sought to understand the concepts of interdisciplinarity and complex thought, aiming to address the social vulnerabilities defined in the National Policy of Social Assistance. The chapter also presents a review on the social commitment of Psychology as well as the ethical-political project of Social Work, seeking to identify its points of mutual support and the possibility of building interdisciplinary bridges between them. It also discusses some obstacles and potentialities that are presented to interdisciplinarity in CRAS. Interdisciplinarity is understood as a challenge for the professional teams and its progress depends, above all, on the disciplinary tension among professionals. The chapter discusses this challenge, bringing about the concepts of complexity and interdisciplinarity in the context of CRAS. Thus, it intends to contribute to the interdisciplinary approach in Social Assistance allied to the promotion of rights and citizenship.

**Keywords:** Interdisciplinarity, Complex Thought, Unified System of Social Assistance/CRAS, Multiprofessional team, Local Development.

**1 INTRODUÇÃO**

Este artigo propõe-se a compreender fatores que contribuem ou que dificultam a prática interdisciplinar na equipe técnica multiprofissional do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que compõe a Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Já na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), homologada em 2004, a interdisciplinaridade foi adotada como um dos princípios norteadores da política, compreendendo a complexidade do novo paradigma de assistência social que rompia com o assistencialismo e se pautava pela referência dos direitos, com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993.

Centrando-se no período de 1988 a 2018, o artigo começa por contextualizar a composição da equipe multiprofissional do CRAS no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), analisando documentos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e dos Conselhos Federais que orientaram a atuação dos psicólogos e assistentes sociais no SUAS.

Em seguida, faz uma revisão sobre interdisciplinaridade, relacionando-a ao paradigma da complexidade, visando delimitar um campo conceitual que mostre a sua importância para a efetivação dos objetivos da Proteção Social Básica (PSB). No que diz respeito ao trabalho da equipe do CRAS, equipamento da PSB instalado em territórios de alta vulnerabilidade, aborda duas dimensões fundamentais: a dimensão ético-política e o desenvolvimento das práticas interdisciplinares nos serviços referenciados.

Nessa direção, compara as propostas ético-políticas das principais áreas profissionais que compõem a equipe do CRAS, buscando compreender pontos em comum entre o Serviço Social e a Psicologia. Em seguida, faz uma breve revisão de relatos publicados sobre práticas interdisciplinares

no CRAS, tentando identificar potencialidades e entraves. Busca, então, identificar potencialidades e dificuldades para o diálogo interdisciplinar, na tentativa de contribuir para o trabalho na proteção social básica do SUAS. Finalmente, são apresentadas as considerações finais.

## 1.2 A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO CRAS

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), incluída pela Constituição Federal de 1988, no âmbito da Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e a Saúde, é voltada para famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal/social. São exemplos de vulnerabilidade: extrema pobreza, falta de acesso aos bens e serviços, desemprego, vivência de discriminação, violência, trabalho infantil, entre outros. Nessa perspectiva, a PNAS (BRASIL, 2016) aponta a importância do papel do Estado na proteção e apoio aos indivíduos, famílias e territórios. A proteção social deve trabalhar, além da prevenção e enfrentamento das vulnerabilidades, na perspectiva da garantia dos direitos e da promoção da cidadania. Essa nova visão da proteção social introduziu um nível de complexidade nos serviços, antes não existente, uma vez que rompe com o assistencialismo e requer a participação dos usuários e da sociedade.

Para o alcance dos objetivos da PNAS, a interdisciplinaridade é convocada a promover a articulação dos saberes dos profissionais nos seus diferentes níveis de atuação. É preciso então conhecer quais são esses trabalhadores e como as equipes do CRAS são constituídas.

A composição das equipes de referência dos CRAS varia conforme o porte do município e são compostas obrigatoriamente por assistentes sociais e psicólogos. Admite-se, porém, a integração de outros profissionais, tais como pedagogos, antropólogos, sociólogos e economistas domésticos, conforme as especificidades dos territórios referenciados. Assume-se que: “São as diferenças de saberes especializados que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando as diferenças” (BRASIL, 2011, p. 98). No CRAS, a interdisciplinaridade seria, assim, compreendida como “um processo dinâmico, consciente e ativo, de reconhecimento das diferenças e de articulação de objetos e instrumentos de conhecimento distintos, que contribui para a superação do isolamento dos saberes” (BRASIL, 2009, p. 65).

Reconhecida a sua excelência, é de se perguntar como a interdisciplinaridade chegaria a ser uma prática e quais seriam as suas potencialidades e dificuldades entre as equipes que trabalham para que a política social se efetive junto à população referenciada, diante da complexidade da questão social.

Nesse sentido, é preciso observar, com Vizzotto e Camini (2016), que:

Percebemos que as demandas que chegam aos serviços socioassistenciais, apesar de exigirem uma interação maior entre os profissionais, não somente da equipe, mas da rede de

atendimento, não faz necessariamente acontecer uma atuação interdisciplinar, entendemos que esse processo ainda é falho dentro da Política da Assistência Social (VIZZOTTO; CAMINI, 2016, p. 12).

As dificuldades para a atuação interdisciplinar podem estar situadas em diferentes causas, desde a necessidade de formação acadêmica, da educação permanente das equipes, às diferenças existentes entre municípios e políticas municipais, à articulação das redes, aos recursos, dentre outros. Buscando bases teóricas para abordar essa questão, este artigo faz uma breve revisão sobre interdisciplinaridade e complexidade.

### 1.3 A INTERDISCIPLINARIDADE E A COMPLEXIDADE: RESSONÂNCIAS PARA A QUESTÃO SOCIAL NA PNAS

“A ‘questão social’ é a própria desigualdade de direitos sociais, culturais, políticos e de acesso a bens e serviços de qualidade que o Estado deve prover a todos, sem a exclusão e a discriminação dos sujeitos de direitos” (SANTIAGO, 2014, p.38). Nesse sentido, deve ser apreendida como o objeto de intervenção profissional da equipe multiprofissional do CRAS e é a partir da análise da sua complexidade e da leitura crítica da realidade que poderá se identificar a necessidade do trabalho interdisciplinar.

O enfrentamento da questão social está ligado à compreensão da sociedade e do desenvolvimento social como um sistema que gera distorções em seu próprio funcionamento, corroborando com um dos princípios do pensamento complexo que aponta a relação inseparável entre as partes e o todo.

Nas palavras de Mangini e Miotto: “A interdisciplinaridade aparece como alternativa explicitamente inovadora num momento de crítica e oposição aos desdobramentos de uma cultura decorrente da formação, consolidação e expansão da ciência moderna” (MANGINI; MIOTTO, 2009, p.208).

O modelo disciplinar foi de suma importância para o processo científico, sendo que a ciência está intimamente relacionada ao capitalismo, num processo de retroalimentação, com sua busca incessante de tentar dominar a natureza. Entretanto, o próprio progresso científico passa a exigir mudanças na produção do conhecimento, demandando articulações interdisciplinares (COELHO; RODRIGUES; ALMEIDA, 2019), uma vez que “a realidade nem sempre pode ser enquadrada dentro do universo de domínio disciplinar” (ALVARENGA *et al*, 2011, p. 13).

Ao longo do século XX, uma visão crítica apela ao avanço da ciência dentro de um paradigma mais amplo e a interdisciplinaridade surge tanto como instrumento quanto como crítica interna ao saber científico e assume um valor de inovação no ensino e na pesquisa (JAPIASSU, 1976). Não se trata de

negar a importância da ciência, ou das disciplinas, mas de mostrar que o desenvolvimento do saber exige novas articulações entre os campos do conhecimento.

No âmbito das Políticas Públicas, surge a demanda pela atuação intersetorial e interdisciplinar diante das demandas complexas de proteção social na sociedade contemporânea, respeitando as especificidades de cada área, mas oferecendo uma compreensão mais abrangente (SANTIAGO 2014, p. 30).

A interdisciplinaridade mostra que o conhecimento científico traz a possibilidade de comunicação, articulação e desdobramentos. Se havia uma identificação do capitalismo com o desenvolvimento da ciência e da técnica, estas não estão limitadas a florescer apenas dentro do sistema capitalista. Ganha sentido enfrentar a questão social pelas ciências, somando esforços para construir justiça social e cidadania.

Nesse sentido, é o grau de articulação de conhecimentos da equipe multiprofissional do CRAS que poderá instituir um trabalho interdisciplinar diante da questão social. Minayo (2010) esclarece que a multiprofissionalidade é o encontro de múltiplas áreas profissionais que cooperam entre si, mantendo os seus respectivos conhecimentos e práticas, mas buscando abarcar demandas complexas. Em contrapartida, a interdisciplinaridade implica em reciprocidade, ou interimplicação de saberes, mais do que simplesmente em cooperação simultânea e ocasional. A interdisciplinaridade e o pensamento complexo tornam-se alternativas para construir um laço entre as disciplinas.

Ao invés de propor uma ruptura com as disciplinas, Tauchen, Fávero e Alvarenga (2017) percebem um tensionamento disciplinar, que se refere justamente às construções interdisciplinares: “[...] se considerarmos as áreas e/ou disciplinas como campos opostos/discordantes, seu tensionamento poderá transformar o conflito destrutivo em ordem construtiva [...]” (TAUCHEN; FÁVERO; ALVARENGA, 2017, p. 1027). Assim, o pensamento complexo é um desafio e uma motivação para pensar. Surge como um organizador das construções multi, inter e transdisciplinares diante das questões que se colocam para o conhecimento dentro de um dado contexto. Assim, no CRAS, pode-se pensar que essas construções serão a resposta diante de desafios delimitados pelos objetivos da política, dentro do contexto e face a face às demandas da população:

O problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento. Num sentido, o pensamento complexo tenta dar conta daquilo que os tipos de pensamento mutilante costumam se desfazer, excluindo o que eu chamo de simplificadores; por isso, ele luta, não contra a incompletude, mas contra a mutilação (MORIN, 2008, p.1).

O encontro – e desencontros – dos campos de conhecimento dentro do CRAS suscita reflexões sobre a necessidade de sua aproximação interdisciplinar. Mas como essa interdisciplinaridade poderia, pelo menos a princípio, ser explorada?

Como afirma Morin (2008, p.2), a complexidade “(...) não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões”, que podem ser melhor compreendidas a partir do pensamento dialógico:

O termo dialógico quer dizer duas lógicas – dois princípios – estão unidas sem que a dualidade se perca nessa unidade: daí vem a ideia de “unidualidade” que propus para certos casos; desse modo, o homem é um ser unidual, totalmente biológico e totalmente cultural a um só tempo (MORIN, 2008, p.9).

Isto leva a considerar o diálogo entre a Psicologia e o Serviço Social no sentido de compreender a lógica de cada campo de conhecimento para, a partir dessa compreensão, construir possibilidades de novos conhecimentos e, mais ainda, de ações conjuntas que possibilitem a efetividade da política social.

A complexidade, ou o pensamento complexo, foi elaborada por Morin como uma forma de organização do pensamento mais abrangente e ágil diante do desafio do conhecimento. O mais importante é a maneira como organizamos o nosso pensamento. O pensamento efetiva operações lógicas como separação (distinção, disjunção), união (associação, identificação), hierarquização (define o principal e o secundário) e centraliza (em torno de noções-chave ou nucleares). O pensamento redutor – ou paradigma da simplificação – envolve os princípios da disfunção, de redução e de abstração.

Ou seja, é preciso romper com o reducionismo e aproximar os conceitos e as metodologias da Psicologia e do Serviço Social dentro da PNAS. Por exemplo, rever como a Psicologia e o Serviço Social conceitua vínculos. Como esses conceitos se aliam às formas como a política social, por sua vez, propõe compreender e atuar com os vínculos. Como o diálogo entre os dois campos podem descobrir diferenças e similaridades e como, estas, por sua vez, podem enriquecer a compreensão do objeto “vínculo” na ação da equipe multiprofissional no CRAS. É preciso, no pensamento complexo (MORIN, 2015), distinguir os elementos sem promover a sua dissociação, associar sem reduzir, comportando um princípio dialógico entre as partes e o todo.

Morin (2015) entende que, tanto no mundo físico quanto na sociedade, os sistemas fechados estão em estado de equilíbrio porque as trocas de energia com o exterior são nulas. No caso de um sistema aberto, há um desequilíbrio necessário ao fluxo energético que o alimenta. Sem esse fluxo, haveria desorganização e conseqüente definhamento. Ou seja, o fechamento dos sistemas colabora para a sua degradação. É a sua abertura que permite ao mesmo tempo que se renove e que mantenha uma identidade em constante mutação (p. 21).

Os sistemas teórico-metodológicos praticados na equipe multiprofissional em uma visão interdisciplinar podem se beneficiar das trocas, não apenas contribuindo para a maior efetividade da

ação da equipe no território, mas, inclusive, para o enriquecimento dos seus próprios campos de conhecimento envolvidos na ação e provocados pelos seus novos desafios.

Para Morin (2015), essas negociações não levam necessariamente à perda da identidade disciplinar. Porém, amplia a autonomia desse campo de conhecimento, promovendo, ao mesmo tempo, o seu crescimento. Por exemplo, a Psicologia se desenvolve, consolida e gera novos conhecimentos como se transforma ao negociar/comunicar com o seu meio/contexto e com os demais discursos disciplinares nesse contexto. À medida que aumenta a sua autonomia, aumenta também a sua capacidade de troca. A autonomia não pressupõe autosuficiência. Os sistemas mais complexos precisam das trocas para manterem os seus processos vivos e é a sua abertura relativa que lhes permite a autonomia relativa e relativa estabilidade.

Ou seja, não se trata de definir que a ação transdisciplinar representa sempre o topo das operações destinadas ao conhecimento, ou que a multidisciplinaridade é uma maneira pobre de operar dentro de todo e qualquer contexto. O pensamento complexo permite compreender que essas operações são estratégicas diante dos desafios enfrentados e que os sujeitos envolvidos nos processos de conhecimento precisam fazer escolhas para enfrentar a realidade a ser trabalhada, dentro de um contexto social, político, psicossocial, cultural e assim por diante. Assim, também, poder-se-ia pensar para a equipe do CRAS. A interdisciplinaridade não seria uma *obrigação* intelectual e sim uma *operação estratégica*, que se pode praticar, diante da questão social e seus desdobramentos na assistência social.

Além disso, a complexidade abarca um grande número de interações e também compreende incertezas, indeterminações e fenômenos aleatórios. É preciso aceitar uma certa imprecisão no sistema de conhecimento. O pressuposto não é que se vai do simples ao complexo e, sim, do complexo ao ainda mais complexo (MORIN, 2015). Dessa maneira, Morin (2015) não nega a importância da identidade de cada disciplina. Porém, nenhuma delas pode se colocar como unidade fechada ou como explicação única do mundo. Pode-se supor que a interdisciplinaridade tem um papel criativo na complexidade e vice-versa.

Nem sempre a compreensão requer a simplificação. Às vezes é preciso compor conjuntos complexos para gerar conhecimento sobre um fenômeno (MORIN, 2015). E, entretanto, em outros momentos, é preciso rever os conjuntos de fatores que se utiliza para a compreensão dos fenômenos, modificando-os, e assim por diante em um esforço contínuo de saber. É importante alertar que a visão da complexidade não carrega a pretensão à completude e nem se mistura à complicação. Não se coloca como ordem pura e nem como pura desorganização.

Indo mais além, o pensamento complexo é importante para que se possa compreender a relação do pensamento com a ação, o que é essencial para uma equipe multiprofissional dentro de uma política

social. Morin adverte: “O campo da ação é muito aleatório, muito incerto. Ele nos impõe uma consciência bastante aguda dos acasos, derivas, bifurcações, e nos impõe a reflexão sobre sua própria complexidade” (MORIN, 2015, p.80).

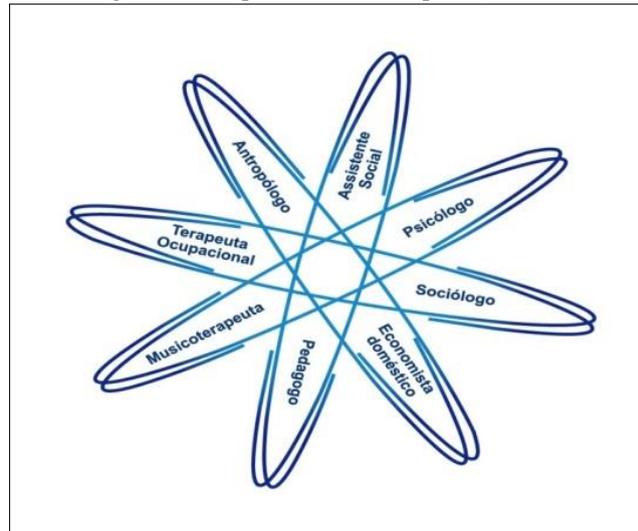
A ação é uma estratégia que se escolhe diante dos desafios percebidos pela consciência desenvolvida sobre o risco e as incertezas. Ainda, a ação escapa às nossas intenções e depara-se com os imprevistos, as incertezas, os erros, o acaso, dentre outros elementos. É na ação que a complexidade se revela de maneira mais expressiva.

No campo da ação da equipe multiprofissional, é preciso se preparar para o inesperado. Não se trata de negar a existência de ordem, mas, sim, de reconhecer a sua instabilidade. Os conhecimentos que permitiam a resolução dos problemas podem (e devem) ser questionados. Novas crises surgem e novas estratégias devem ser criadas. A complexidade encampa a dialógica entre ordem/desordem/organização: “A ordem, a desordem e a organização são interdependentes e nenhuma é prioritária” (MORIN, 2015, p. 108).

A ação interdisciplinar, na perspectiva do pensamento complexo (MORIN, 2015), muito provavelmente, vai envolver essa transformação dos campos de conhecimentos na medida em que questiona conceitos, requer a sua revisão, demanda o diálogo, recria modos de agir, desafia os modos instituídos de explicação dentro das teorias. Isto não deve ser visto como uma intercorrência negativa, uma ameaça, um erro ou uma depreciação das disciplinas interrelacionadas. Pelo contrário, precisa ser valorizado como um movimento criativo que decorre do diálogo vivo entre os campos de conhecimento. É essencial submeter-se à metamorfose, acompanhar a própria recriação. Todavia, para que surjam novos saberes e práticas, deve haver um encontro entre o acaso (a questão que desafia) e as potencialidades existentes em dada situação (a possibilidade de se trabalhar na equipe, por exemplo).

Pensando na interdisciplinaridade na equipe do CRAS, propõe-se, neste artigo, representar o pensamento complexo, como na FIGURA 1, sendo uma espiral dialética com diversos campos de conhecimento em interação, podendo compor os mais variados fluxos e desenhos, buscando compreender uma demanda complexa, em um movimento dialógico e criativo:

Figura 1. Representação da dialogicidade no pensamento complexo, visando abordar demandas complexas



Fonte: elaborada pelas autoras

A Figura 1 pode ilustrar a articulação na equipe do CRAS. Considerando as especificidades e demandas de cada território, as categorias profissionais apresentam conhecimentos que, se articulados, podem colaborar para ali compreender a complexidade da questão social. Minayo lembra que a interdisciplinaridade e a complexidade constituem um novo desafio e que os saberes estão ali para “se enriquecer com a *interfertilização* de todos” (Minayo, 2010, p. 442). Tal *interfertilização* é condição para compreender e explicar a complexidade do objeto de intervenção no SUAS e buscar recursos para o enfrentamento da questão social.

Para melhor compreender esse argumento, cita-se Pombo (2008), que explica de maneira sintetizada os prefixos multi ou pluri, inter e trans: na qual a pluridisciplinaridade ou a multidisciplinaridade pressupõem um primeiro estágio de coordenação das disciplinas, com suas contribuições independentes ainda que focadas no mesmo objeto, enquanto que a interdisciplinaridade requer a convergência das disciplinas sobre esse objeto e a transdisciplinaridade, por sua vez, corresponde à unificação das disciplinas, ainda que temporária, muitas vezes criando novos objetos e métodos a partir dessa unificação. Nessa perspectiva, ao analisar os termos multi ou pluri, inter e transdisciplinaridade, Pombo (2008) sugere: “a) aceitar estes três prefixos: multi ou pluri, inter e trans [...] enquanto **três grandes horizontes de sentido** e, b) aceitá-los como uma espécie de continuum que é atravessado por alguma coisa que, no seu seio, se vai desenvolvendo” (POMBO, 2008, p. 13, grifos das autoras). Ou seja, “num continuum que vai da coordenação à combinação e desta à fusão” (POMBO, 2008, p. 13). E, conseqüentemente, à complexidade.

A interdisciplinaridade é uma alternativa para buscar compreender e explicar o objeto da PNAS, visto que as vulnerabilidades sociais são complexas e multifatoriais. E, sobretudo, não basta somente compreender a questão social, sendo essencial buscar, na prática, o seu enfrentamento.

Para Minayo (2010), é o objeto ou a demanda que interligam as disciplinas, através da sua complexidade, que define a necessidade da inter, multi ou transdisciplinaridade. A partir da análise da complexidade da questão social, e da demanda do usuário no cotidiano do trabalho, é que o profissional poderá identificar a necessidade de atuação multi ou interdisciplinar, nas estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades e no vínculo com os usuários e com o território.

Valoriza-se, assim, a capacidade e autonomia do profissional, dentro das orientações da política pública. A partir da análise da demanda, a equipe define e organiza as ações necessárias, selecionando, em sua compreensão da realidade, conceitos e instrumentais que se mostrem úteis ao trabalho social.

A partir da aprendizagem intersubjetiva interdisciplinar, cada profissional da equipe poderá utilizar conhecimentos desenvolvidos pela sua interação com os demais. O que importa é o aprendizado dos profissionais, sua abertura para a integração de saberes, sua disponibilidade para o diálogo interdisciplinar, evitando a intervenção fragmentada.

Pode e deve haver a construção de pontes teóricas entre conceitos e teorias, o compartilhamento de instrumentos e técnicas, a ampliação da visão com integração e convergência de análises sobre a realidade. A interdisciplinaridade não deve ser compreendida apenas como um conceito teórico. Ao contrário, ela se impõe como uma prática. Essa prática interdisciplinar será possível após a superação dos obstáculos que se impõem à interdisciplinaridade (JAPIASSU, 1976).

Nessa perspectiva, Fazenda ([1979]/2011) identifica obstáculos à interdisciplinaridade: (1) obstáculos epistemológicos e instrucionais, onde os conhecimentos são restritos e organizados em função das disciplinas, há a criação de linguagem própria, cujo objetivo é garantir a supremacia e preservar o status; (2) obstáculos psicossociológicos e culturais, segundo o qual existe preconceito e medo em aderir à interdisciplinaridade, devido ao desconhecimento do real significado da interdisciplinaridade, a falta de formação específica para essa prática e a acomodação pessoal e coletiva; (3) obstáculos quanto à formação, em que a transmissão do saber se estabelece num modelo hierárquico linear; (4) obstáculos materiais, quando não há planejamento adequado, e o trabalho interdisciplinar acontece por meio da improvisação, das circunstâncias e contratos externos; (5) obstáculos metodológicos, cuja superação requer que os demais obstáculos citados estejam superados, e busque-se a elaboração de uma metodologia de trabalho interdisciplinar.

Considerando a complexidade da questão social e do trabalho com indivíduos, famílias, grupos e territórios, pelo CRAS, uma questão importante é: Quais metodologias, nas diferentes disciplinas, poderiam ser eficazes, a partir de um diálogo interdisciplinar, para se alcançar os objetivos da PNAS?

Podem ocorrer conflitos/disputas de saberes entre os técnicos, devido principalmente à sua formação delimitada e focalizada em uma suposta disciplinarização, o que dificulta o diálogo interdisciplinar. Além disso, a falta de espaços e tempos de diálogo reforça a fragmentação dos saberes.

Outro fator dificultador é a adoção de abordagem metodológica para construir intervenções, uma vez que isso exigiria diálogo entre as abordagens dos profissionais. Para a superação do obstáculo metodológico, Fazenda [1994/2012] sugere o *discurso interdisciplinar*:

Supondo-se que uma epistemologia interdisciplinar requeria um método próprio, o método que nos parece natural, porque decorrente da própria concepção de interdisciplinar, é o do *discurso interdisciplinar*. Tomando-se por base o *discurso*, o método dele decorrente surge do envolvimento e da complexidade na participação no questionar, no indagar, no pesquisar (FAZENDA, [1994]/ 2012, p. 68).

O grau de interação dos técnicos e de seus conhecimentos poderá promover ilhas de potencialidades ou de dificuldades. Nesse sentido, é importante contextualizar o trabalho da equipe interprofissional também em suas diferentes formas de profissionalidade, sua história, seu compromisso social e seu projeto ético-político, onde pode-se divisar princípios e diretrizes compartilhadas. Assim, no próximo item, são abordadas as propostas ético-políticas dos profissionais da equipe do CRAS.

#### 1.4 AS PROPOSTAS ÉTICO-POLÍTICAS DAS ÁREAS PROFISSIONAIS INCLUÍDAS NA EQUIPE DO CRAS

Procura-se, aqui, comparar os princípios e pressupostos delineados nos documentos que orientam a ação dos profissionais, tanto do Conselho Federal de Serviço Social quanto do Conselho Federal de Psicologia, buscando identificar seus pontos de encontro e desencontros na construção de uma interdisciplinaridade para a equipe do CRAS. Assume-se que a atuação dos técnicos nos CRAS deve ser pautada num compromisso ético e sócio-político:

Embora Serviço Social e Psicologia, principais profissionais hoje inseridos/as no SUAS, possuam acúmulos teórico-políticos diferentes, o diálogo entre essas categorias profissionais aliará reflexão crítica, participação política, compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao trabalho profissional. É possível construir, a partir dessa ação interdisciplinar, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades na construção de uma proposta ético-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário da política de Assistência Social (CFESS, 2011, p. 28).

Conforme Brasil (2016, p.8), o trabalho social “encontra seus fundamentos ético-políticos na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social (1993), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e na Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005)”. Tanto o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) quanto o Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconhecem o marco basal desses documentos para a construção do trabalho na assistência social.

Para orientar os profissionais, o CFESS e o CFP elaboraram o documento “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social” (2007), que trata das orientações para os técnicos de nível superior, sem diferenciação de funções para cada categoria profissional, entendendo-se que todos estão aptos para exercer todos os aspectos do trabalho com as famílias. No que tange à interdisciplinaridade, os documentos orientam que “Deve-se buscar identificar papéis, atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe multiprofissional, encarrega-se de determinadas tarefas” (BRASIL, 2009, p. 65). Ora, essa escolha seria referida às competências de cada profissional como indivíduo, e não como atribuição de uma categoria técnica. Por exemplo, um assistente social pode trabalhar tão bem com grupos quanto um psicólogo. Um psicólogo pode ser indicado para fazer uma visita domiciliar, em alguns casos e, em outros, o assistente social, ou ambos.

Argumenta-se, neste artigo, que obstáculos podem surgir e ser superados pelo diálogo na equipe, com o compartilhamento de saberes e metodologias de atuação, de forma que possam ser construídas pontes entre as diferentes competências. A prática é uma poderosa formadora de profissionais, mesmo quando a formação acadêmica não abarcou a atuação nas políticas públicas. Capacitações e reuniões de equipe poderiam incorporar a discussão sobre práticas, permitindo maior participação dos profissionais.

O CFP e o CFESS (2007) compreendem que o trabalho interdisciplinar necessita reuniões para planejamento e avaliação sobre a intervenção profissional e para a identificação das competências requeridas pelas demandas sociais. Ademais, apontam a importância da intervenção profissional baseada em uma leitura crítica da realidade. Acrescente-se, no presente artigo, que, além da leitura crítica da realidade, é necessária uma análise crítica da prática profissional resultante.

Gomes (2016) aponta que o Serviço Social é uma profissão interdisciplinar, desde a sua formação, que não possui uma teoria própria, mas dialoga com diversas disciplinas como a Psicologia, o Direito, a Sociologia, a Ciência Política, entre outras. A atuação dos assistentes sociais baseia-se no seu código de ética profissional de 1993, na Lei que regulamenta a profissão (Lei 8662/1993), na resolução CFESS 493/06, nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e no projeto ético-político do serviço social.

Com a homologação do código de ética do Serviço Social, em 1993, foi definida uma nova ética que rompeu com o assistencialismo ao possibilitar o compromisso com o projeto social democrático e o compromisso com a luta pela transformação social: “Esse projeto social, é definido como Projeto Ético-Político que possibilita aos profissionais a construção de novas respostas às demandas da sociedade” (DE SOUZA *et al*, 2013, p.3). O projeto ético-político do Serviço Social condiz com um

projeto societário de defesa dos direitos e da dignidade humana, sem qualquer tipo de exploração social (NETTO, 2006).

A intervenção profissional do assistente social, baseada em seu projeto ético-político, é, segundo De Sousa et al (2013), uma possibilidade para a construção de novas respostas para a sociedade, ao desmistificar a lógica do cotidiano que, muitas vezes obscurece relações estruturais da sociedade. A materialização do projeto se dá por meio das ações interventivas dos profissionais no seu cotidiano de trabalho (AVILLA, 2017, p.7). Este é um grande desafio: materializar os princípios éticos nas intervenções de modo a evitar indicativos abstratos que se distanciam da realidade social (IAMAMOTO, 2009). Fraga (2010) salienta que a interdisciplinaridade é necessária para atender a população de forma crítica e competente. Ou seja, outras profissões podem vir a contribuir para a concretização de um novo projeto societário. Netto (2006) argumenta que o projeto ético-político dos assistentes sociais precisa se articular com outras categorias profissionais que compartilham propostas similares, somando esforços para a transformação da sociedade.

Nesse cenário, a inserção e a atuação dos psicólogos nas políticas públicas, em especial na Política de Assistência Social, convocam também o compromisso social da Psicologia em busca da transformação da sociedade, por meio de ações voltadas à emancipação humana (CFESS & CFP, 2007). Afonso et al (2012) apontam que para romper com as relações de dominação, o individualismo e o assistencialismo, os psicólogos no SUAS devem também romper com a *psicologização da questão social*. Ou seja, ampliar a sua visão interdisciplinar da questão social, buscando associar os fatores subjetivos, sociais, culturais, políticos e outros. E, assim, evitar reduzir a questão social a fatores psíquicos, o que redundaria na culpabilização dos usuários vivendo em situação de vulnerabilidade. Nessa direção, a atuação do psicólogo deve basear-se no respeito à dignidade humana, na defesa dos direitos humanos e da cidadania. Para o CFP (2008), a atuação do psicólogo se traduz em um “compromisso ético e político de garantia dos direitos dos cidadãos ao acesso à atenção e proteção da Assistência social” (CFP, 2008, p. 32).

O CFP (2011) defende que os psicólogos podem contribuir para articular as questões subjetivas às questões sociais, uma vez que os cidadãos são também sujeitos sociais, com sentimentos, discursos, valores e formas de interagir no contexto social e histórico. (CFP, 2008). A partir dessa visão foi criado, pelo CFP, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) que fornece referências e subsídios para a prática profissional baseada na garantia e promoção dos direitos humanos.

Teixeira (2010) afirma que a inclusão do psicólogo na equipe técnica do SUAS, demonstra que a noção de subjetividade é importante, tanto quanto o é resgatar as histórias de vidas e ressignificá-las.

Segundo Afonso et al (2012), o vínculo entre subjetividade e cidadania precisa constituir-se como uma diretriz básica na atuação dos psicólogos no SUAS. Compreende-se, com Bock, que:

Ao atuar com elementos subjetivos, psicólogas e psicólogos contribuem com a humanização do atendimento e com a qualificação da relação entre as equipes, os usuários da Assistência Social ou as comunidades inseridas em cada território (BOCK, 1999, p.7).

Nessa perspectiva, Fadul e Afonso (2014) propõem a criação de uma Psicologia da Cidadania, que teria uma abordagem interdisciplinar, articulando cidadania, subjetividade e questões associadas. Propõem a construção de pontes a partir de uma transversalidade entre os saberes da psicologia e outros, sobre questões que se tornam relevantes no projeto ético-político de uma sociedade igualitária e democrática: “Trata-se de construir pontes entre o que as teorias oferecem, dentro da visão interdisciplinar, e aquilo que a política social define como o seu produto, a ser entregue à população como um direito de cidadania” (FADUL; AFONSO, 2014, p.110). Torna-se importante o desenvolvimento das condições subjetivas e intersubjetivas de inserção social e enfrentamento das vulnerabilidades, com participação dos usuários e transformadora da realidade social. Nessa direção, “a atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas” (CFP, 2008, p. 22).

De acordo com o CFP (2008) o profissional da psicologia tem muito a contribuir com a Assistência Social, seja no fortalecimento dos vínculos entre usuário e a política, seja promovendo espaços de controle social e participação, favorecendo a autonomia e o reconhecimento dos direitos. Torna-se essencial rever as práticas profissionais para a construção das bases para o compromisso social (CFP, 2008). Para a efetivação do SUAS, faz-se necessário o compromisso interdisciplinar, para atender as demandas complexas da questão social, através de ação recíproca entre os diferentes profissionais.

### 1.5 INTERDISCIPLINARIDADE: ESPECIFICIDADES DE UM DEBATE NO CRAS

O caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012) destaca a importância da prática profissional junto ao trabalho social com indivíduos, famílias e territórios apoiada no saber científico, “compreendido como ato sistemático, metódico e reflexivo, realizado por meio da construção de conhecimentos e da compreensão da realidade e das relações sociais” (BRASIL, 2012, p. 12). O documento aponta o método dialético como fundamental, “que a partir de um processo crítico, visa captar o movimento histórico e suas inerentes contradições, desvelando a realidade pela constante interação entre o todo e as partes que o compõem” (BRASIL, 2012, p. 12).

Assim, salienta que a escolha de abordagens metodológicas no trabalho social com famílias depende das especificidades da demanda e das particularidades do território, e não deve ser rígido. O desenvolvimento de metodologias exige diálogo, tensionamento interdisciplinar e compreensão da complexidade da intervenção.

Por exemplo, a complexidade do conceito de vulnerabilidade. Compreende-se que atuar diante desse objeto complexo demanda o discurso interdisciplinar, e a superação dos obstáculos epistemológicos, psicossociológicos, culturais, entre outros, de modo a criar possibilidades e recursos metodológicos. Sem a superação desses obstáculos, fica inviável desenvolver uma abordagem na perspectiva interdisciplinar.

O caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012, p.97) destaca que “a adoção de quaisquer abordagens metodológicas exige tratamento interdisciplinar, pesquisa e um constante repensar dos profissionais sobre sua prática”. Além disso, “é possível utilizar elementos de várias abordagens metodológicas, desde que não sejam contraditórias em seus fundamentos” (BRASIL, 2012, p. 97). Neste sentido, os documentos que orientam a atuação no PAIF sugerem duas abordagens metodológicas: Pedagogia problematizadora, de Paulo Freire, e a Pesquisa-ação. É tentador notar que essas metodologias estão, pelo menos em suas origens, ligadas, uma, à Pedagogia (Paulo Freire) e, outra, à Psicologia Social. Ou seja, pontes interdisciplinares já estão presentes, embora nem sempre explicitadas em sua construção dialógica.

Para captar os desafios da construção do diálogo interdisciplinar, apresenta-se a seguir uma revisão de artigos sobre pesquisas e experiências de trabalho interdisciplinar no CRAS, nos últimos cinco anos, dando ênfase às suas dificuldades e potencialidades.

Vizzotto e Camini (2016) realizaram uma pesquisa com os técnicos do município de Maravilha, em Santa Catarina, com o objetivo de avaliar o trabalho interdisciplinar na rede de atendimento socioassistencial. Identificaram que a interdisciplinaridade se restringia às trocas de informações entre os profissionais da rede e que cada setor trabalhava isoladamente e havia obstáculos para usufruir e articular os saberes profissionais. Os autores salientam que, para a construção de uma prática dialética, faz-se necessário o respeito à subjetividade e ao conhecimento de cada profissional junto à compreensão do objetivo da intervenção profissional dentro da equipe de trabalho.

Em contrapartida, Salgado (2015, p.5) identificou que os profissionais de um CRAS em Niterói demonstravam “clareza quanto ao sentido de equipe e uma predisposição ao diálogo e troca de saberes necessários para se iniciar a construção do modelo interdisciplinar”. Entretanto, havia ainda a necessidade do aprofundamento teórico dos profissionais. Além disso, os técnicos apresentavam dificuldades em executar o PAIF, que requer o diálogo na equipe, uma vez que a realidade dos usuários é multifacetada envolvendo variedade e complexidade de questões.

A partir de Pombo (2008), que propõe a multi, a inter e a transdisciplinaridade como horizontes de ação que se articulam na visão da complexidade, destaca-se que nem sempre será necessário, possível e até mesmo desejável o trabalho interdisciplinar como referência definitiva, com *todos* os diferentes profissionais envolvidos em *todas* as ações, com *todas* as famílias e usuários do CRAS. Por isso, é importante a análise crítica da realidade, a busca de referências no pensamento complexo e, também, a aprendizagem intersubjetiva da interdisciplinaridade (TAUCHEN; FÁVERO; ALVAREGA, 2017). Ou seja, mesmo que uma ação seja realizada por um único técnico, este precisa ser capaz de compreender o usuário (indivíduo, grupo, família, comunidade) como um todo, em uma visão mais ampla da questão social.

Silva (2015) identificou, em sua experiência no CRAS, que o trabalho interdisciplinar suscitava questões recorrentes, tais como: “Qual o meu papel dentro da equipe? Que funções devo desempenhar? Como materializar a interdisciplinaridade no desenvolvimento do meu trabalho?” (SILVA, 2015, p. 3). Para a autora, a comunicação, a identificação de papéis e atribuições, a clareza e concordância sobre as responsabilidades, são essenciais para o bom funcionamento da equipe. E reflete que esse esforço demanda cooperação, respeito mútuo e diálogo.

Santiago (2014) realizou entrevistas com assistentes sociais e psicólogos de dois CRAS, em Florianópolis, e identificou que os profissionais compreendem o significado e a importância da interdisciplinaridade. Os profissionais desenvolveram, como orientação metodológica, o atendimento inicial em duplas (assistente social e psicóloga). Posteriormente, havia a definição das ações que competiriam a cada profissional e se o atendimento permaneceria em dupla ou com um técnico apenas. As entrevistadas disseram que esse recurso era importante para que a demanda do usuário não fosse fragmentada. Porém, uma das profissionais da equipe discordava e entendia que a *visão de duplas* restringia o trabalho interdisciplinar.

Para Santiago (2014), ao invés de existirem duplas de profissionais para o atendimento e técnicos de referência para os grupos, deveria haver espaços e encontros interdisciplinares para discussão de casos, planejamento de ações e avaliação. Pode-se fazer um paralelo com a área da Saúde, quando Furtado (2007) sugere a formação de equipes de referência para incentivar e potencializar o compartilhamento de saberes e práticas. Neste artigo, propõe-se a formação de equipes de referência no CRAS para o acompanhamento dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do PAIF. Entende-se que essas estratégias são possibilidades para novos olhares, saberes e práticas, constituindo o *locus* da interdisciplinaridade na PSB.

Afonso e Fadul (2015) discutem a metodologia da Oficina de Intervenção Psicossocial junto ao trabalho com famílias no âmbito do PAIF, que se configura como uma possibilidade de diálogo interdisciplinar ao ter como premissa a participação ativa e o empoderamento dos usuários, que

possuem um objetivo em comum e que buscam transformar a realidade vivenciada. As autoras afirmam que é possível construir uma coerência entre os objetivos da política, os princípios da metodologia, a articulação da metodologia com o trabalho participativo com grupos, e assim por diante. Ou seja, que os profissionais devem buscar construir a consistência de cada metodologia para sua utilização dentro da política social, observando seus objetivos. Gomes (2016) elenca os fatores fundamentais para a concretização do trabalho interdisciplinar: construção de equipes interdisciplinares, capacitação para o trabalho interdisciplinar, diálogo, sistematização e registro dos trabalhos empreendidos, dentre outros (GOMES, 2016, p.5)

### 1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do SUAS, psicólogos e assistentes sociais possuem objetivos em comum: a transformação da realidade social, o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, a consolidação de um projeto societário, entre outros. Nessa perspectiva, o trabalho complexo e interdisciplinar entre a equipe de trabalho, aliados à intersetorialidade, podem ser a chave para se atingir esses objetivos.

Tanto a Psicologia quanto o Serviço Social são áreas de formação interdisciplinar. Isso leva a uma indagação: se foi possível fazer um diálogo interdisciplinar entre o Serviço Social e a antropologia, a sociologia, a política e outras; se foi possível construir um diálogo interdisciplinar entre a Psicologia e a Sociologia, a Antropologia, a política, e outras, por que esse diálogo seria tão espinhoso em se tratando da aproximação entre Serviço Social e Psicologia?

Nesse compasso, verifica-se que ainda há muitos desafios e obstáculos a serem enfrentados pela equipe técnica, mas que também há potencialidades que devem ser exploradas e construídas coletivamente. Pergunta-se, acompanhando Fadul e Afonso (2014): “que saberes seriam necessários para desenvolver atividades com indivíduos, famílias e grupos sociais de forma a realizar os objetivos da política e a concretizar a entrega de seu objeto?”

A necessidade da oferta de educação permanente para as equipes da Proteção Social Básica coloca-se de maneira bastante explícita quando se enfrenta a construção interdisciplinar referida à complexidade da questão social. Ela não deve ser compreendida como uma mera capacitação, com a transmissão de um conhecimento já existente. Deve ser percebida como um elemento crucial ao desenvolvimento e consolidação do SUAS na medida em que o paradigma dos direitos na assistência social veio também questionar os conhecimentos nos quais se fundamenta, as questões com as quais se deparou e os saberes que deverá descortinar.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, M.L.M.;VIEIRA-SILVA, M.; ABADE, F.L.; ABRANTES, T.M.; FADUL,F.M. A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v.7, n.2, p. 189-199,jul./dez.2012.

AFONSO, M.L.M.; FADUL, F.M. O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais [online]**, v.10, n.1, p.140-154, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1809-89082015000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082015000100012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 dez. 2019.

ALVARENGA, A. T. de. PHILLIPI JR, A.; SOMMERMAN, A.; ALVAREZ, A.M.de S.; FERNANDES, S.Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. *In:* PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 3-68.

AVILLA,Ana Lúcia Fiuza da Silva. Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro e o Trabalho Profissional. 2017. *In:*SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. p.1-10.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, Natal/RN, v. 4, n. 2, p. 315-319, dez. 1999.

BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF:MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília/DF:MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestãodo Trabalho no Âmbitodo SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília/DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas do PAIF: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. Brasília/DF: MDS, 2012.

BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**.Brasília/DF:MDS,2016.

CFESS-Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social**. Brasília/DF: CFESS,2011.38p.

CFP-Conselho Federal de Psicologia; CFESS-Conselho Federalde Serviço Social.**Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília/DF: CFP;CFESS, 2007.52p.

COELHO, G.B; RODRIGUES, L.P; ALMEIDA, J.Introdução: Interdisciplinaridade, complexidade e ciência: uma relação inextrincável. *In:* RODRIGUES, L.P; ALMEIDA, J; COELHO, G.B. (Org.).**Ciência, interdisciplinaridade e avaliação CAPES**. Jundiaí/SP:Paco Editorial,2019.cap. 1.p. 13-22,

CREPOP-Centro de Referência Técnica em psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília/DF:CFP, 2007. (reimpressão 2008). 60p.

DE SOUSA, Julise Cristina.; MARIANO, V.A.; BRAGA, L.; FRANÇA JR, R.P.; DE CARVALHO NETO, C.T.; BARROS, J.M. A Efetivação do Projeto Ético Político Profissional no Âmbito da Assistência Social. *In: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 2013, Florianópolis/Santa Catarina. **Anais [...]**. Florianópolis/Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/A-efetiva%C3%A7%C3%A3o-do-PEP-no-%C3%A2mbito-da-Assist%C3%A2ncia-Social.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

FADUL, F. M.; AFONSO, M.L.M. Construção da interdisciplinaridade no território da PNAS: exercícios para uma psicologia da cidadania. *In: ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; MOREIRA, Maria Ignez Costa. (Org.). O Sistema Único da Assistência Social: A articulação entre a Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas*. Curitiba: Editora CRV, 2014. v. 1, p. 95-115.

FAZENDA, I.C.A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Edições Loyola. 6. ed. 2011.

FAZENDA, ICA. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18.ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, mar. 2010.

FURTADO, Juarez Pereira. Equipamentos de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. **Interface**, Botucatu, v.11, n.22, p. 239-255, maio/ago. 2007.

GOMES, Nilvania Alves. Serviço Social e a Interdisciplinaridade: Confluências e desafios. *In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: 80 ANOS DE SERVIÇO SOCIAL TENDÊNCIAS E DESAFIOS*, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social, 2016. p. 1-14.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa; MIOTO, Regina Célia Tamasso. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 207-215, dec. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.10 n.2, p.435-442, 2010. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso: 13 abr. 2019.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 120p.

MORIN, Edgar. O desafio da complexidade. *In: MORIN, Edgar. Ciência com consciência*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 1-11.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, Rio de Janeiro v. 4, p. 141-160, 2006.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v.10, n.1, p. 9-40, 1º sem. 2008.

SALGADO, Flávia Franco. O trabalho interdisciplinar na Assistência Social: análise da experiência de uma CRAS em Niterói/RJ. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2015, Florianópolis/SC. **Anais [...]**. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SANTIAGO, Amanda dos Santos. **Interdisciplinaridade na política de assistência social: desafios no atendimento às demandas socioassistenciais**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)- Centro socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2014.

SILVA, Lucélia de Oliveira. O trabalho interdisciplinar nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): uma análise preliminar. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís/Maranhão. **[Trabalho apresentado]**. São Luís/Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015.

TAUCHEN, G.; Fávero, A. A.; ALVARENGA, A. M. Interdisciplinaridade: da simplificação ao pensamento complexo. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.31, n.62, p. 1011-1032, mai/ago. 2017.

TEIXEIRA, Solange. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 286-297, ago./dez. 2010.

VIZZOTTO, F.; CAMINI, M. **A atuação interdisciplinar na Política de Assistência Social: desafios no atendimento da rede socioassistencial**. Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-2018/ciencias-humanas/especializacao-4/467-a-atuacao-interdisciplinar-na-politica-de-assistencia-social-desafios-no-atendimento-da-rede-socioassistencial/file>. Acesso em: 21 fev. 2019.